

DECLARAÇÃO

Anexo I

José António Martins da Silva, titular do cartão de cidadão n.º 6465961, residente em Urb. de Santiago lote 19, freguesia de Rebordosa, Concelho de Paredes, na qualidade de representante legal de PRN INFORMÁTICA LDA, número de identificação fiscal 504100327, e sede na avenida Bombeiros Voluntários n.º 464, freguesia de Rebordosa, Concelho de Paredes, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para “AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS DE INFORMÁTICA, PROCESSO N.º 2019/300.10.005/217”

- 1) , declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2) Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) ANEXO I
 - b) PROPOSTA
 - c) CERTIDÃO REGISTO COMERCIAL
 - d) PROCURAÇÃO DELEGAÇÃO DE PODERES
- 3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4) Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b. Não foi condenada, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional nem os seus gerentes foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c. Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional nem os seus gerentes foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f. Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º I do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º I do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º I do artigo 460.º do Código do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

- g. Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
 - h. Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
 - i. Não foi condenada, por sentença transitada em julgado, por algum dos seguintes crimes nem os seus gerentes foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - i Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho
 - ii Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - j. Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra – ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;
- 6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
- 7) O Declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a

qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal...

Rebordosa, terça-feira 09 de abril de 2019